

Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica

[*Crisis, displacement and reconversion: Ilpes between the structuralist tradition and sociological criticism*]

Darlan Praxedes Barboza¹

Luiz Carlos Jackson²

Fabio Silva de Souza³

RESUMO • O artigo analisa o Ilpes como instituição transnacional de reconfiguração teórica do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento nos anos 1960 em meio à crise do modelo estruturalista da Cepal. Argumentamos que o Instituto se tornou espaço de uma inflexão sociológica no debate sobre o capitalismo periférico, impulsionada por sociólogos que ocupavam uma posição ambígua no campo intelectual latino-americano: suficientemente integrados para mobilizar o prestígio da tradição estruturalista, mas periféricos o bastante para desafiá-la por dentro. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ilpes; intelectuais latino-americanos; teoria

da dependência. • **ABSTRACT** • This article analyzes Ilpes as a transnational institution of theoretical reconfiguration within Latin American development thought during the 1960s, amid the crisis of Cepal's structuralist model. We argue that the Institute became a space of sociological inflection in the debate on peripheral capitalism, driven by sociologists who occupied an ambivalent position within the Latin American intellectual field: sufficiently integrated to mobilize the prestige of the structuralist tradition, yet peripheral enough to challenge it from within. • **KEYWORDS** • Ilpes; Latin American intellectuals; dependency theory.

Recebido em 6 de fevereiro de 2025

Aprovado em 7 de abril de 2025

BARBOZA, Darlan Praxedes; JACKSON, Luiz Carlos; SOUZA, Fabio Silva de. Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10743.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10743

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Criada em 1948 como órgão das Nações Unidas, a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) rapidamente se destacou como centro de formulação de diagnósticos sobre os entraves ao desenvolvimento da região. Com base nas especificidades históricas e estruturais dos países latino-americanos, produziu uma abordagem própria para compreender o subdesenvolvimento e propôs estratégias para superá-lo. Nos anos 1950, consolidou-se como referência nos debates sobre desenvolvimento econômico no continente, tornando-se o principal polo de pensamento em economia política na América Latina.

Instituição irmã da Cepal, o Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (Ilpes), criado em 1962, renovou o debate intelectual e político sobre o planejamento do desenvolvimento na América Latina nos anos 1960. Surgido em um momento de crise do projeto desenvolvimentista cepalino, o Instituto foi concebido para capacitar técnicos estatais, elaborar diagnósticos e desenvolver programas setoriais de planejamento econômico e social voltados à formulação e implementação de políticas públicas. Ao longo da década, consolidou-se como um espaço privilegiado para a formulação de novas interpretações sobre o capitalismo dependente no contexto de uma disputa geracional e disciplinar – entre economistas consagrados e jovens sociólogos em ascensão – pela interpretação do subdesenvolvimento latino-americano.

A chamada “teoria da dependência” não constituiu um corpo homogêneo, mas um campo de formulações diversas, como sugerem as diferenças entre o Ilpes e o Centro de Estudios Socioeconómicos (Ceso) da Universidad de Chile – o primeiro identificado com uma abordagem “reformista” do desenvolvimento; o segundo, associado a posições marxistas “ortodoxas”. Este artigo tenta demonstrar que o Ilpes foi um dos principais laboratórios intelectuais do período e cenário de uma disputa pela interpretação do capitalismo dependente latino-americano. Interessa-nos, em particular, a autodenominada “corrente marxista não ortodoxa” (CARDOSO, 1980), elaborada no Ilpes em diálogo com o estruturalismo cepalino e a tradição sociológica latino-americana.

Compreender o papel do Instituto nesse contexto exige atenção às trajetórias de seus pesquisadores, às dinâmicas institucionais que os envolveram e às redes

acadêmicas e políticas nas quais se inseriam. Esse olhar permite reconhecer o Ilpes como um dos principais laboratórios teóricos da região, no qual a sociologia do desenvolvimento conquistou um novo estatuto analítico.

A primeira seção do artigo oferece um panorama da institucionalização da sociologia e da economia como disciplinas científicas no Brasil, Argentina, México e Chile. Em seguida, discutimos as relações entre a Cepal e o Ilpes, destacando o contexto que levou à emergência da sociologia do desenvolvimento como alternativa ao estruturalismo econômico e o papel desempenhado pelo Instituto na redefinição dos vínculos entre intelectuais, ciência e política na América Latina. Posteriormente, contrastamos as trajetórias de três economistas pioneiros da Cepal (Raúl Prebisch, Celso Furtado e Jorge Ahumada) às de três sociólogos muito ativos na fase inicial do Ilpes (José Medina Echavarría, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso) com o intuito de explicar sociologicamente a inovação introduzida pelo Instituto nas ciências sociais latino-americanas.

ECONOMIA E SOCIOLOGIA NA AMÉRICA LATINA: TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS E CONFIGURAÇÕES DISCIPLINARES

No Brasil, a sociologia experimentou um processo de institucionalização universitária precoce. Desde a década de 1930, especialmente em São Paulo, despontaram iniciativas como a criação de cursos de graduação de ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), singularizada pela presença de sociólogos estadunidenses, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), curso caracterizado pela participação de sociólogos franceses como docentes (PEIXOTO, 1989; MERKEL, 2023). A sociologia acadêmica paulista se afirmou pela ruptura deliberada com o estilo intelectual diletante típico da figura tradicional do “bacharel” e pelo ensaísmo histórico-sociológico (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.). Sob a liderança de Florestan Fernandes (1920-1995) a partir de 1954, a Cátedra de Sociologia I da USP tornou-se um laboratório de profissionalização científica rigorosa, definindo métodos próprios, padrões de pesquisa empírica e um programa de pesquisa voltado para a análise crítica da formação e das contradições do capitalismo brasileiro (ARRUDA, 1995; BLANCO; JACKSON, 2014).

Por sua vez, a economia estabeleceu-se como disciplina científica relativamente tardia no país – embora de forma consistente –, entre as décadas de 1950 e 1960, profundamente vinculada à expansão do Estado desenvolvimentista. Originalmente, os primeiros economistas eram egressos das faculdades de direito ou engenharia. A partir das transformações trazidas pela industrialização, formou-se uma burocracia estatal moderna, que impulsionou a especialização da área econômica. Em 1946, foram criadas as primeiras faculdades dedicadas ao ensino de economia, na Universidade do Brasil e na USP. Em 1947, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançou a *Revista Brasileira de Economia* e a *Conjuntura Econômica*. A criação de órgãos estatais como o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp, 1938), a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc, 1945), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, 1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, 1959),

além de empresas estatais estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobras, elevou significativamente a demanda por técnicos especializados em economia. Essa demanda inicial foi suprida pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre, 1951), pelo Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE, 1960-1966), ambos ligados à FGV, e pelo Curso de Técnico em Planejamento do Desenvolvimento Econômico (CTPDE), este último um convênio entre Cepal e BNDE. Nesse ambiente, economistas como Celso Furtado assumiram posições-chave, consolidando a influência intelectual da Cepal nas decisões governamentais e conferindo à economia um *status* de saber estratégico na formulação das políticas nacionais (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996; LOUREIRO, 1997; KLÜGER, 2017; SOLA, 2023).

Em síntese, a economia se consolidou tardiamente como especialidade técnica e depois como disciplina universitária a partir da década de 1950, impulsionada pelas demandas do Estado nacional-desenvolvimentista e fortemente ancorada no Rio de Janeiro, centro político-administrativo do país. Seu desenvolvimento esteve estreitamente ligado à formação de quadros técnicos para a burocracia estatal, submetendo o campo a constrangimentos político-institucionais. O reconhecimento dos economistas veio, sobretudo, de sua atuação prática, sendo a institucionalização universitária muitas vezes um desdobramento posterior da experiência no aparelho de Estado. Já a sociologia, implantada em cursos de graduação precocemente em São Paulo nos anos 1930, formou-se em relativa distância dos centros de decisão política e sob forte influência de missões estrangeiras. Essa precocidade e autonomia relativa favoreceram a construção de uma cultura acadêmica voltada à pesquisa sistemática, à reflexão crítica e ao distanciamento profissional em relação aos poderes constituídos (MICELL, 1989). Ainda que sua influência política fosse limitada, a sociologia logrou elaborar diagnósticos abrangentes sobre a sociedade brasileira e, nos anos 1960, estava preparada para disputar espaço nos debates teóricos latino-americanos.

Em contraponto ao Brasil, onde a economia foi institucionalizada tardiamente, na Argentina a formação de uma elite técnica em economia antecedeu em várias décadas a consolidação da sociologia como disciplina universitária. Desde o início do século XX, a economia adquiriu legitimidade como saber especializado e teve papel de destaque na administração pública. O processo de institucionalização universitária da economia teve início ainda no final do século XIX, quando a cátedra de economia política foi criada na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires (UBA), principal formadora das elites dirigentes da chamada “república oligárquica” (1880-1916) (PLOTKIN; CARAVACA, 2009). A criação da Escuela Comercial (1890), da Facultad de Ciencias Económicas da UBA (1913) – primeira do gênero na América Latina –, da *Revista de Ciencias Económicas* (1913), da Academia Nacional de Ciencias Económicas (1914) e da *Revista de Economía Argentina* (1918) marcou o início da autonomização científica da disciplina. A partir da década de 1920, impôs-se uma nova geração de economistas diplomados, oriundos das camadas médias urbanas e descendentes de imigrantes, reivindicando uma identidade profissional baseada na especialização técnica e na legitimidade científica. Nesse processo, destacaram-se figuras como Alejandro Bunge (1880-1943) e Raúl Prebisch, professor da UBA e responsável por reunir, no interior do estado, um grupo de economistas que ficou conhecido como “*cartel de cerebros*”. Sua atuação se estendeu por instituições centrais,

como o Banco de la Nación e o Banco Central de la República Argentina (BCRA), criado em 1935. Tais instituições permitiram a emergência de uma nova divisão do trabalho técnico-burocrático e a valorização social do saber econômico como instrumento de racionalização da administração pública (PLOTKIN, 2006; NAKHLÉ, 2011; CARAVACA, 2012). Blindados pelas elites políticas da chamada “década infame” (1930-1943), os economistas liderados por Prebisch conseguiram um grau relativo de autonomia no interior da máquina estatal, que lhes permitiu disputar posições de prestígio e influência nas decisões de governo. Esse processo, no entanto, foi interrompido pelo golpe militar de 1943 e pela eleição de Juan Domingo Perón à presidência em 1946, que expurgou essa geração da burocracia econômica e da universidade (BLANCO; BARBOZA, 2021). A partir desse momento, muitos desses economistas passaram a buscar inserção em organismos internacionais, e Prebisch se tornaria o nome mais emblemático dessa diáspora ao assumir protagonismo na construção de uma agenda econômica latino-americana de desenvolvimento, já no marco da Cepal (CARAVACA; ESPECHE, 2016).

Embora o sistema universitário argentino tenha se estruturado precocemente desde o século XIX, a sociologia permaneceu durante décadas em posição marginal nos currículos tradicionais das faculdades de direito e filosofia. Foi apenas em 1940 que se criou o Instituto de Sociología da UBA, marco inaugural de uma institucionalização mais sistemática da disciplina no país. A politização constante da universidade argentina, afetada por sucessivas intervenções políticas, dificultou a consolidação de projetos intelectuais estáveis. A queda de Perón, em 1955, permitiria ao sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1911-1979) assumir a direção do Instituto e, dois anos depois, liderar o processo de implantação do curso de graduação em sociologia e fundar o Departamento de Sociología da UBA. Seu projeto, impulsionado pela chamada “Revolución Libertadora”, articulava a defesa de uma sociologia científica e empírica com a ideia de que a disciplina poderia contribuir para a modernização da sociedade argentina. Em contraste com a tradição da “sociologia de cátedra”, propôs um modelo de pesquisa sistemática e metodologicamente rigorosa, inserindo a sociologia nas grandes questões nacionais e, em especial, na análise das transformações sociais provocadas pelo peronismo (BLANCO, 2006; JACKSON; BLANCO, 2014; BLOIS, 2018).

No México, o processo de institucionalização da economia também teve início precoce, ainda na década de 1930, sob o patrocínio direto do Estado revolucionário. Inserida em um projeto mais amplo de reconstrução nacional, a formação de economistas esteve desde o início vinculada à modernização institucional e à capacitação da burocracia pública. A criação do Banco de México (1925) e da Nacional Financiera (1934) expressava a crescente demanda por técnicos capazes de operar o novo aparato estatal. Nesse contexto, intelectuais como Daniel Cosío Villegas (1898-1976) e Jesús Silva Herzog (1892-1985) foram figuras centrais na criação de instituições voltadas ao saber econômico, como a Escuela Nacional de Economía (1935) e o Instituto de Investigaciones Económicas (1940) da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). A editora Fondo de Cultura Económica (FCE) e a revista *El Trimestre Económico*, criadas em 1934, funcionaram como vetores da

modernização do ensino e da circulação das ideias econômicas na América Latina (DÍAZ ARCINIEGA, 1994; SORÁ, 2017; CARAVACA; ESPECHE, 2018).

A institucionalização da sociologia no México também ocorreu no contexto de mobilização e cooptação dos intelectuais pelo Estado pós-revolucionário (CAMP, 1988; LEMPÉRIÈRE, 1992). A partir da década de 1930, políticas educacionais e culturais buscaram formar uma elite intelectual comprometida com os ideais da Revolução Mexicana. Nesse cenário, Lucio Mendieta y Núñez (1895-1988) teve papel central: em 1939, assumiu a direção do Instituto de Investigaciones Sociales da Unam e fundou, no mesmo ano, a *Revista Mexicana de Sociología*, voltada à institucionalização de uma sociologia empírica orientada ao assessoramento técnico do Estado. Em 1951, liderou a criação da Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales (ENCPyS) da Unam, consolidando uma estrutura acadêmica voltada à formação de especialistas comprometidos com o Estado nacional. Sua concepção de sociologia como instrumento de intervenção social e assessoramento técnico expressava a orientação pragmática que predominou nas décadas posteriores à revolução (CASTAÑEDA, 1990; OLVERA SERRANO, 2004; REYNA, 2007). Esse processo foi impulsionado também pela incorporação de intelectuais espanhóis exilados após a Guerra Civil (1936-1939), entre os quais se destacou José Medina Echavarría (MORALES MARTÍN, 2012). Ao lado de Cosío Villegas, Medina Echavarría fundou o Centro de Estudios Sociales (CES) do Colegio de México (1943-1946) com o objetivo de formar quadros qualificados para o serviço público e renovar a sociologia latino-americana (BLANCO, 2010; MORALES MARTÍN, 2012). Entre as décadas de 1950 e 1960, a sociologia científica mexicana seria impulsionada sob a liderança de Pablo González Casanova (1922-2023), diretor da ENCPyS da Unam entre 1957 e 1965 (BLANCO; JACKSON, 2016; 2021).

Em síntese, a institucionalização da economia e da sociologia no México foi impulsionada pelo Estado, que integrou os intelectuais às estruturas do regime pós-revolucionário. Esse arranjo favoreceu a criação precoce de instituições acadêmicas e a formação de especialistas voltados à modernização nacional, mas também limitou a autonomização dos campos ao subordinar a produção intelectual às demandas do Estado.

A sociologia no Chile conheceu um processo acelerado de institucionalização entre meados dos anos 1950 e o golpe militar de 1973, em um contexto de estabilidade democrática, valorização do papel do Estado e crescente demanda por conhecimento aplicado às transformações sociais em curso. Esse movimento marcou a transição de uma “sociologia de cátedra” para uma sociologia científica e empírica, consolidada sob a liderança de Eduardo Hamuy (1916-1989) no Instituto de Investigaciones Sociológicas da Universidad de Chile. A criação da carreira de sociologia na Pontificia Universidad Católica de Chile, em 1959, impulsionou ainda mais a profissionalização da disciplina. Fortemente atravessado por dinâmicas transnacionais, o caso chileno foi singular por articular uma agenda reformista de base nacional com o eixo transnacional da sociologia praticada em Santiago, especialmente em instituições como a Escuela Latinoamericana de Sociología da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso, 1958) e o Ilpes. Nesse contexto, José Medina Echavarría desempenhou um papel estratégico na formação de uma nova geração de cientistas sociais latino-americanos (BEIGEL, 2009; 2014a; 2014b).

A institucionalização da economia no Chile conheceu um processo

particularmente acelerado a partir da década de 1950 no marco das transformações promovidas pela industrialização e pelo fortalecimento do Estado desenvolvimentista. A Universidad de Chile desempenhou papel central nesse movimento ao formar quadros técnicos especializados e estabelecer vínculos orgânicos com agências governamentais, como a Corporación de Fomento de La Producción (Corfo), que liderou a política de industrialização por substituição de importações. O Instituto de Economía, criado em 1945, tornou-se um dos polos da formação econômica no país, orientado à produção de diagnósticos aplicados às necessidades do planejamento estatal. Esse processo favoreceu a emergência de uma cultura técnico-administrativa voltada à racionalização da ação pública. A PUC do Chile, por sua vez, embora menos proeminente na etapa inicial, ganharia relevância com a criação, em 1950, de seu Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales e, mais decisivamente, com o convênio firmado com a University of Chicago (1956-1964), que introduziu uma orientação liberal e formou os economistas que ficariam conhecidos como “Chicago Boys” (GALLARDO, 2011). Nesse cenário, Santiago do Chile se consolidou como um polo regional estratégico, impulsionado pela atuação da Cepal e sua estreita colaboração com a Universidad de Chile, responsável por formar uma geração de economistas vinculados ao planejamento estruturalista. A oposição entre os economistas ligados à Cepal e à Universidad de Chile e os formados sob influência da University of Chicago e da PUC simbolizava a polarização ideológica que atravessava o espaço incipiente da economia chilena.

As diferentes temporalidades e modalidades de institucionalização da economia e da sociologia em países como Brasil, Argentina, México e Chile compuseram um contexto amplo e complexo para a emergência das diversas interpretações sobre o problema da dependência nos anos 1960. Em São Paulo, a precocidade da sociologia como disciplina universitária e a consolidação de uma cultura acadêmica relativamente autônoma ajudam a explicar a proeminência de sociólogos brasileiros no debate regional – entre os quais se destacou Fernando Henrique Cardoso. Na Argentina, o pioneirismo da economia como campo técnico e científico – somado à politização crônica do sistema universitário e à instabilidade do regime político – precipitou a diáspora de economistas profissionais, como Raúl Prebisch, que encontraram nas instituições internacionais, como a Cepal, novas formas de inserção e influência. O México, por sua vez, desempenhou um papel estratégico na circulação regional de saberes ao articular um projeto estatal de modernização com o acolhimento de intelectuais exilados – entre eles, Medina Echavarría – e com o fortalecimento de canais editoriais de difusão científica, como a FCE e *El Trimestre Económico*. Já o Chile destacou-se por sua posição singular como sede de organismos transnacionais, cuja atuação foi decisiva para a formação de gerações de cientistas sociais e a consolidação de uma agenda latino-americana de pesquisa. Sem implicar relações de causalidade direta, esses processos contribuíram para configurar um espaço transnacional de circulação intelectual e rearranjos institucionais no qual o Ilpes pôde se afirmar como *locus* privilegiado de inflexão teórica sob novas coordenadas sociológicas.

DO ESTRUTURALISMO ECONÔMICO À SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A Cepal teve um papel decisivo na consolidação de um pensamento econômico latino-americano original ao formular uma leitura estrutural do subdesenvolvimento que confrontava os pressupostos da ortodoxia liberal. Seu modelo interpretativo, ancorado nas especificidades históricas e produtivas da região, articulava ambição reformista com consistência analítica, abrindo caminho para novas formas de pensar a inserção da periferia no sistema capitalista global.

Segundo Octavio Rodríguez (1981), a inovação teórica da Cepal apoiava-se em três pressupostos centrais. O primeiro era o da “heterogeneidade estrutural”, entendida como as desproporções entre setores produtivos, responsáveis por gerar baixa produtividade, concentração de renda e limitações à expansão do emprego formal. O segundo referia-se à especialização agrícola das economias periféricas, sustentada pela exportação de um número reduzido de produtos primários – condição que acentuava sua vulnerabilidade externa e agravava a instabilidade econômica diante das oscilações do mercado internacional. O terceiro pressuposto era o da “deterioração dos termos de intercâmbio”, que indicava uma tendência persistente de depreciação dos preços das exportações periféricas em relação aos bens industrializados dos países centrais, restringindo a capacidade de desenvolvimento autônomo da América Latina e perpetuando a dependência.

Sob outra perspectiva, Ricardo Bielschowsky (2000) propõe uma periodização das “ideias-força” da Cepal em cinco fases distintas. A primeira, na década de 1950, foi marcada pela defesa da industrialização como estratégia central para romper a dependência das exportações primárias e diversificar a estrutura produtiva. Na segunda fase, nos anos 1960, introduz-se a necessidade de reformas estruturais – como a reforma agrária e a modernização do Estado – para remover os entraves ao crescimento industrial. A terceira fase, na década de 1970, desloca a ênfase para a reorientação dos “estilos de desenvolvimento”, com foco na “homogeneização social” e na industrialização voltada à exportação. Nos anos 1980, a quarta fase concentra-se na tentativa de compatibilizar ajustes macroeconômicos com crescimento, em meio à crise da dívida e às políticas de estabilização exigidas por credores internacionais. Por fim, na década de 1990, a quinta fase introduz a proposta de “transformação produtiva com equidade”, ao buscar conciliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais.

Em meados da década de 1960, as estratégias de desenvolvimento adotadas na América Latina começaram a dar sinais de esgotamento, e o modelo de industrialização por substituição de importações passou a revelar seus limites. A mudança na estrutura produtiva, ao contrário do que preconizavam os cepalinos, não foi capaz de suprimir as desigualdades estruturais nem as contradições inerentes do subdesenvolvimento. As economias da região continuavam marcadas por desproporções setoriais, baixa absorção de mão de obra e acentuada concentração de riqueza – fatores que minavam a promessa de um crescimento sustentado e socialmente inclusivo. Paralelamente, o capital estrangeiro ampliava sua presença na América Latina, diversificava suas atividades e aprofundava

a subordinação econômica da periferia ao centro, redefinindo os contornos das relações internacionais de dependência.

A percepção de que o modelo de desenvolvimento periférico era concentrador e excludente tornou-se consensual. O aumento da concentração da renda e de propriedade, a persistência de uma estrutura social dicotômica, o crescimento do desemprego e o fortalecimento dos privilégios das elites econômicas aprofundavam as tensões sociais. Paralelamente, amplos contingentes populacionais permaneciam à margem, privados de acesso a condições dignas de vida – evidência das limitações da estratégia cepalina (RODRÍGUEZ, 1981; BIELSCHOWSKY, 2000).

No plano político, essas contradições desencadearam uma escalada de crises institucionais, desestabilizando as alianças populistas que sustentavam os projetos desenvolvimentistas nos países da região. Entre as décadas de 1960 e 1970, a América Latina foi marcada por instabilidade política e sucessivas rupturas institucionais, impulsionadas pelo enfraquecimento das coalizões progressistas e pelo avanço das forças conservadoras. O colapso dos pactos populistas – que articulavam setores da classe trabalhadora urbana, frações das camadas médias e elites industriais – expôs as fragilidades desses arranjos e abriu espaço para novas configurações de poder (NERCESIAN, 2012).

Nesse cenário de crise econômica e política crescente na América Latina, as formulações teóricas da Cepal começaram a perder sustentação. A gravidade do momento demandava a revisão dos paradigmas vigentes sobre o desenvolvimento, abrindo espaço para novas interpretações que incorporassem dimensões sociopolíticas à estrutura de dependência. Diante disso, a Cepal iniciou um intenso processo de revisão de suas premissas teóricas, buscando adaptar sua análise à nova realidade da região. Intelectuais vinculados ao pensamento cepalino protagonizaram um debate interno voltado à reavaliação das deficiências e limitações do diagnóstico estruturalista clássico, reconhecendo que uma abordagem estritamente econômica já não era suficiente para compreender os entraves ao desenvolvimento latino-americano.

Joseph Love (1998) identificou duas novas tendências emergentes na Cepal: uma abordagem “historicista”, centrada nos condicionantes históricos e institucionais do subdesenvolvimento, e uma perspectiva “sociologista”, que incorporava variáveis sociais e políticas à análise econômica. Esse movimento de reorientação intelectual deu origem a uma entidade renovada, mais atenta à integração entre fatores estruturais e conjunturais na explicação dos obstáculos ao desenvolvimento periférico. A inclusão de dimensões sociopolíticas tornou-se, então, um traço distintivo dessa nova fase, aprofundando o diálogo entre economia, sociologia e ciência política na construção de uma visão mais abrangente do subdesenvolvimento latino-americano.

No início da década de 1960, os debates na Cepal concentravam-se em três grandes questões. Em primeiro lugar, observava-se que a industrialização alcançada não havia democratizado os benefícios da modernidade e do progresso técnico, já que o crescimento econômico limitado não reduzia de forma significativa as desigualdades sociais. Em segundo lugar, a vulnerabilidade externa e a dependência, longe de terem sido superadas pela industrialização parcial e desigual entre os países, teriam consolidado novas formas de subordinação da América Latina ao mercado internacional. Por fim, argumentava-se que essas dinâmicas estruturais

continuavam a obstruir o desenvolvimento, perpetuando a instabilidade econômica e restringindo a autonomia dos países periféricos (LOVE, 1998; BIELSCHOWSKY, 2000).

Segundo Ricardo Bielschowsky (2000), diante desses impasses, emergiram três vertentes analíticas concorrentes, cada uma reivindicando precedência explicativa na reformulação das teses cepalinas. A primeira foi a “tese da insuficiência dinâmica”, formulada por Raúl Prebisch, que atribuía os entraves ao desenvolvimento à incapacidade das economias periféricas de gerar crescimento autossustentado sem estímulos externos. A segunda foi a “tese da heterogeneidade estrutural”, defendida pelo economista chileno Aníbal Pinto (1919-1996), que destacava as desproporções produtivas entre setores modernos e atrasados como fator-chave na reprodução do subdesenvolvimento. A terceira vertente foi a “análise integrada do desenvolvimento”, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), que propunha uma interpretação sociopolítica do subdesenvolvimento, enfatizando as diferenças entre os casos nacionais, determinadas pelos arranjos políticos entre classes sociais e mediadas pelos Estados, como condicionantes das possibilidades de superação dos entraves econômicos. Joseph Love (1998) identifica, nesse processo, o surgimento de uma “esquerda heterodoxa”, que daria origem à análise da dependência. Fernanda Beigel (2006), por sua vez, argumenta que a tensão entre o estruturalismo cepalino e o marxismo heterodoxo resultou na formulação da “teoria da dependência”.

Nesse quadro, Medina Echavarría, Cardoso e Faletto desempenharam um papel central na formulação da chamada “análise integrada do desenvolvimento”, uma abordagem que articulava economia e sociologia. Essa perspectiva incorporava contribuições da Cepal clássica, mas buscava superar seu viés economicista ao destacar a centralidade das dimensões sociopolíticas do desenvolvimento. Foi no âmbito do Ilpes que essas formulações se consolidaram, resultando na elaboração de uma das obras-primas do pensamento social latino-americano: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, concebida entre 1966 e 1967 como documento de trabalho e publicada pela primeira vez no México, em 1969, pela editora Siglo XXI⁴.

Alguns intérpretes destacam que a obra se beneficiou da atmosfera intelectual vibrante que se formou em Santiago do Chile nos anos 1960, então um polo de convergência de redes acadêmicas latino-americanas e de iniciativas promovidas por organismos transnacionais (ANSALDI, 1991; FRANCO, 2007; MORALES MARTÍN, 2012). Outros autores ressaltam que sua gênese intelectual não pode ser dissociada das trajetórias prévias de seus autores – sublinhando, no caso de Cardoso, a influência da tradição do ensaio histórico-sociológico de interpretação do Brasil e do programa sociológico liderado por Florestan Fernandes na FFCL/USP. A originalidade do livro residiria na capacidade de Cardoso e Faletto de articular essa tradição sociológica com os fundamentos do pensamento cepalino (SALLUM JÚNIOR, 2002; BLANCO; JACKSON, 2022).

Em um momento de crise do paradigma cepalino, o Ilpes tornou-se um polo de

4 A publicação pela Siglo XXI, em 1969, foi decisiva para a ampla circulação e consagração da obra de Cardoso e Faletto. A escolha dessa editora – uma das mais influentes em ciências sociais na América Latina – contribuiu para transformar o livro em um *best-seller* da sociologia latino-americana na segunda metade do século XX (BLANCO; JACKSON, 2022).

convergência para uma geração de cientistas sociais empenhada em superar as limitações das formulações da Cepal. A chegada de intelectuais exilados a Santiago do Chile – “capital mundial da esquerda” (CÁCERES, 2016) – criou um cenário de embate e cooperação entre diferentes gerações, tradições acadêmicas e perspectivas disciplinares, rompendo com a hegemonia economicista e contribuindo para a construção de uma abordagem interdisciplinar do capitalismo periférico.

Nos seminários internos de julho de 1964, esse processo tornou-se particularmente evidente: com a chegada da leva de exilados brasileiros e o afastamento das principais lideranças vinculadas à Cepal clássica – Prebisch, Furtado e Ahumada –, o Ilpes consolidou-se como um polo de reflexão crítica sobre a forma dependente de inserção no sistema capitalista. Nesse novo cenário, emergiram intelectuais que assumiram protagonismo na disputa pela interpretação do desenvolvimento na região. A reconfiguração institucional do Ilpes, associada à incorporação de cientistas sociais exilados, intensificou as disputas por legitimidade teórica e influência política. Alguns desses intelectuais – Medina Echavarría, Faletto e Cardoso – reformularam as bases do debate sobre dependência, articulando novos programas de investigação.

O contexto de crise do pensamento cepalino demandou uma reorganização das hierarquias intelectuais e institucionais, marcada pela disputa entre diferentes grupos que reivindicavam a condição de herdeiros – e, ao mesmo tempo, de críticos legítimos – do estruturalismo latino-americano. A disputa em torno da tradição cepalina – e do capital simbólico associado à sua projeção internacional – articulou-se às trajetórias acadêmicas desses pesquisadores, às suas posições no campo intelectual latino-americano, às suas filiações disciplinares e às estratégias de consagração adotadas.

TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E DISPUTAS NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Raúl Prebisch (1901-1986) graduou-se em economia pela UBA em 1922, onde lecionou economia política entre 1923 e 1948. Ainda jovem, ocupou posições de destaque na administração pública argentina em um contexto de crise e instabilidade, adquirindo ampla experiência nos campos da política econômica e das finanças do Estado. Sua passagem pela direção do BCRA (1935-1943) consolidou sua reputação como técnico competente e estrategista econômico, além de chefe e mentor de uma geração de economistas. Dotado de amplo reconhecimento internacional, acumulado ao longo de sua carreira como alto funcionário de Estado, Prebisch ingressou na Cepal em 1949, em um momento de indefinição profissional, tornando-se seu secretário-executivo até 1963. Ali lançou um desafio herético à ortodoxia do comércio internacional com sua teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, convertendo-se no principal teórico da nova organização internacional de planejamento econômico. Reuniu em torno de si um time plurinacional de jovens e promissores economistas, como Celso Furtado, Juan Noyola, Regino Botie Jorge Ahumada. No início da década de 1960, já com seu prestígio em declínio e próximo da aposentadoria da Cepal, fundou o Ilpes e tornou-se seu primeiro diretor. Em 1964, criou e assumiu a direção da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad).

Celso Furtado (1920-2004) formou-se em direito pela Universidade do Brasil em 1942, tornou-se técnico do Dasp em 1944 e se doutorou em economia na França em 1948. Nesse mesmo ano, ingressou na Cepal, onde permaneceu por quase uma década (1948-1958). Como funcionário das Nações Unidas, coordenou a División de Desarrollo Económico da Cepal (1950-1953), contribuindo para a formulação das técnicas de programação do desenvolvimento, e liderou o Grupo Misto Cepal-BNDE (1953-1955). Membro destacado de uma nova elite de economistas legitimados por suas competências técnicas, Furtado assumiu a missão de regenerar o Estado e reorganizar o desenvolvimento brasileiro. Nesse espírito, criou e dirigiu a Sudene entre 1959 e 1964 e ocupou o Ministério do Planejamento entre 1962 e 1963. Com os direitos políticos cassados em 1964, exilou-se no Chile, onde encabeçou um círculo de revisão crítica das teses da Cepal, reunindo um grupo de intelectuais recém-chegados e buscando convergências entre suas ideias e a perspectiva sociológica do desenvolvimento. Seguiu carreira universitária em Yale e na Universidade de Paris-Sorbonne, lecionando “economia do desenvolvimento” e “economia latino-americana”, e tentou se projetar como precursor das teorias da estagnação e da dependência, e pensador do “Terceiro Mundo”.

Jorge Ahumada (1917-1965) foi um destacado economista chileno. Formou-se em agronomia pela Universidad de Chile em 1940 e foi um dos primeiros chilenos a estudar economia nos Estados Unidos, obtendo pós-graduação em Harvard, em 1944, e especializando-se em comércio exterior. Ainda na década de 1940, lecionou teoria econômica na Universidad de Puerto Rico e na Guatemala, além de atuar no International Monetary Fund, em Washington. Entre 1950 e 1961, integrou a Cepal, onde teve participação ativa nos debates sobre desenvolvimento econômico e industrialização na América Latina. Coordenou a División de Capacitación, responsável pela organização do primeiro CTPDE, realizado em 1952, em Santiago do Chile. O curso se disseminou rapidamente por toda a região e formou gerações de planejadores estatais (KLÜGER; WANDERLEY; BARBOSA, 2022). A partir da década de 1960, esses cursos passaram a ser organizados pelo Ilpes, herdeiro institucional da División de Capacitación (FRANCO, 2013; 2015). Ahumada também integrou, desde 1953, o conselho editorial da revista *El Trimestre Económico*. Em 1961, foi um dos fundadores e o primeiro diretor do Centro de Estudios del Desarrollo (Cendes), vinculado à Universidad Central de Venezuela, com o objetivo de formar especialistas capazes de analisar os fatores sociais e políticos implicados nos processos de desenvolvimento econômico (URQUIDI, 1967). Após anos sentindo-se um “não profeta em sua própria terra” (URQUIDI, 1976, p. 7 – tradução nossa) diante da falta de condições políticas no Chile para exercer plenamente sua expertise como planejador econômico, Ahumada aproximou-se do Partido Demócrata Cristiano (PDC). Tornou-se o principal formulador de seu programa econômico e amigo pessoal e conselheiro do presidente Eduardo Frei (1964-1970).

Prebisch, Furtado e Ahumada formaram uma geração pioneira do pensamento desenvolvimentista latino-americano – *institution builders* que, ao longo das décadas de 1940 e 1960, atuaram na criação de instituições nacionais e multilaterais, no fortalecimento da administração pública e na formulação de políticas de desenvolvimento. Com alta mobilidade no espaço das instituições transnacionais

de planejamento econômico e social, souberam explorar as oportunidades abertas no segundo pós-guerra, quando se consolidava uma burocracia internacional voltada à reconstrução econômica e à modernização dos Estados periféricos. Não obstante suas diferenças⁵, todos participaram da formulação do chamado “estruturalismo latino-americano” e se projetaram como ideólogos da industrialização, combinando prestígio continental e capacidade de articulação técnica e política. Dotados de autoconfiança, traquejo institucional e vocação dirigente, ocuparam posições estratégicas em múltiplas frentes: inserção precoce em cargos públicos, circulação internacional, atuação em organismos multilaterais e, em alguns casos, docência universitária. Nesse ponto, convém destacar a trajetória de Furtado, que apenas tardiamente, após o golpe de 1964, ingressou na carreira acadêmica. O exílio e o afastamento da arena política impuseram-lhe a docência como uma reorientação forçada – um rebaixamento simbólico, contrastando com o protagonismo anterior como operador político da ideologia cepalina no Brasil.

Com exceção de Prebisch – com uma trajetória marcada por impopularidade na Argentina em razão de suas ligações com governos autoritários e conservadores (BLANCO; BARBOZA, 2021) –, Furtado e Ahumada beneficiaram-se de contextos de relativa estabilidade política em seus respectivos países, o que contribuiu para a ampliação de seu capital simbólico e político. No início dos anos 1960, Furtado e Ahumada viviam o auge de sua produção intelectual e de sua influência institucional. Prebisch, em contraste, acumulava desgastes e perda de autoridade dentro da própria Cepal (DOSMAN, 2011). O cenário intelectual e político latino-americano havia se transformado profundamente: o debate sobre o subdesenvolvimento tornara-se mais denso, plural e disputado. Prebisch, já distante da produção teórica sistemática, priorizava a ação institucional. Suas ideias já não produziam o mesmo impacto de outrora, e ele próprio parecia consciente do deslocamento que sofria diante do avanço de novas abordagens (GABAY, 2010; DOSMAN, 2011; FRANCO, 2013).

Ainda assim, os três partilhavam uma inquietação comum: a percepção de que os instrumentos tradicionais da programação econômica se revelavam insuficientes para interpretar e enfrentar os dilemas do desenvolvimento periférico. A complexidade da realidade latino-americana exigia a incorporação de variáveis sociológicas e políticas à análise econômica. Prebisch respondeu a esse desafio com a “teoria da insuficiência dinâmica”. Furtado, por sua vez, já desligado da Cepal desde o final dos anos 1950 após um desacordo com Prebisch sobre os rumos da instituição – o primeiro defendia a ampliação do diagnóstico estrutural do subdesenvolvimento, enquanto o segundo priorizava a ação imediata e a orientação prática (POLLOCK, 2006; DOSMAN, 2011) –, acompanhou à distância o progressivo

5 Na década de 1950, a Cepal constituiu um núcleo coeso de formulação teórica sobre o desenvolvimento latino-americano, unificado em torno da liderança carismática e centralizadora de Prebisch (HODARA, 1987). Com o tempo, no entanto, começaram a surgir divergências tanto de orientação teórica quanto de posicionamento político entre os principais quadros da instituição. Embora compartilhassem o projeto estruturalista e a aposta na industrialização como via para o desenvolvimento, os economistas que compunham a elite intelectual da Cepal passaram a divergir quanto aos ritmos, aos meios e às alianças necessárias para a transformação econômica da região (DOSMAN, 2011).

enfraquecimento político e intelectual do órgão. Ao retornar ao Brasil, Furtado se deparou com os limites concretos da aplicação do projeto cepalino. A experiência frustrada de tentativa de reforma das estruturas econômicas nacionais forneceu a ele uma compreensão aguda da distância entre o ideário cepalino e as condições efetivas de sua implementação. Exaurido pelas batalhas políticas no Brasil, via-se diante da necessidade de redirecionar sua trajetória. Sua breve passagem pelo Ilpes, em 1964, marcou o início de uma inflexão: ali, articulou um círculo de revisão crítica das ideias da Cepal e buscou aproximações com as novas correntes sociológicas que emergiam no campo intelectual latino-americano.

Quanto a Ahumada, mais vinculado à mediação institucional e à difusão técnica do que à produção teórica original (DOSMAN, 2011), sua reorientação intelectual pode ser compreendida como resposta a múltiplas pressões convergentes. Por um lado, acompanhava de perto as críticas formuladas por intelectuais mais jovens à ortodoxia cepalina. Por outro, sentia-se interpelado pelas demandas dos governos e organismos latino-americanos, que buscavam formar especialistas capazes de pensar o desenvolvimento para além da economia. A fundação do Cendes, na Venezuela, expressa esse movimento de adaptação. Atento ao novo cenário, Ahumada deslocou-se em direção a uma abordagem mais ampla e interdisciplinar – sem romper com os fundamentos do pensamento cepalino, mas procurando ampliar sua capacidade explicativa e sua utilidade política. Nesse espírito, chegou a assessorar a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) na formulação de estratégias de planejamento aplicadas ao campo da saúde, demonstrando preocupação em estender o modelo cepalino às áreas sociais (GIOVANELLA, 1991).

Com o afastamento de Prebisch e Furtado do Ilpes em 1964, e a morte precoce de Ahumada no ano seguinte, a instituição passou por um processo de reordenamento de lideranças e renovação de seus quadros técnicos e intelectuais. Nesse contexto, Medina Echavarría assumiu um papel central, ampliando sua influência na definição das diretrizes de pesquisa e na formulação da agenda de planejamento. O Ilpes se tornou um polo de atração para jovens sociólogos latino-americanos, que passaram a disputar – com crescente protagonismo – os rumos teóricos dos estudos sobre desenvolvimento, confrontando as interpretações consagradas do capitalismo periférico e propondo novas leituras à luz das transformações sociais e políticas da região.

José Medina Echavarría (1903-1977) chegou ao México em 1939, exilado após a derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, e foi acolhido pelas políticas do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), que incentivava a recepção de intelectuais e cientistas espanhóis perseguidos pelo franquismo (MORALES MARTÍN, 2012). Portador de uma formação sociológica sólida – adquirida sobretudo na Alemanha, durante a década de 1930, sob forte influência do pensamento de Karl Mannheim –, Medina Echavarría investiu na renovação científica da sociologia, ensinando na Unam e colaborando na criação do CES do Colegio de México. Foi também diretor da coleção de ciências sociais da FCE, contribuindo para a difusão de uma nova linguagem disciplinar e a institucionalização da sociologia na América Latina (MOYA LÓPEZ, 2007). Não encontrando, no México, condições institucionais favoráveis para consolidar seu projeto a favor de uma sociologia científica, migrou para Porto Rico. Em 1952, foi convidado por Prebisch a ingressar na Cepal (FURTADO, 2014).

Ali encontrou uma nova plataforma institucional a partir da qual pôde ampliar sua influência sobre os debates acerca do desenvolvimento e dar visibilidade à perspectiva sociológica dentro de um espaço amplamente dominado por economistas.

A entrada de Medina Echavarría na Cepal ocorreu sob condições de relativo insulamento: era o primeiro sociólogo a integrar uma instituição dominada por economistas e voltada, majoritariamente, à elaboração de diagnósticos macroeconômicos e propostas de política pública. Embora respeitado, permanecia à margem do núcleo estruturalista – uma figura lateral, cujas preocupações teóricas não se integravam plenamente à racionalidade técnico-econômica predominante. Ainda nos anos 1950, encontrou espaço para o desenvolvimento de sua perspectiva sociológica na Flacso, embora em um âmbito acadêmico. Foi apenas com a criação do Ilpes que o sociólogo espanhol conquistou um lugar mais estratégico no interior do aparato regional de planejamento, ampliando sua atuação político-institucional.

Medina Echavarría reuniu em torno de si uma nova geração de cientistas sociais latino-americanos que buscava repensar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais abrangente e interdisciplinar. A combinação entre sua autoridade intelectual, a autonomia relativa da Divisão Social que dirigia e o ambiente político-intelectual efervescente de Santiago do Chile no início dos anos 1960 consolidou sua posição como figura central na reorientação analítica da Cepal. Nesse processo, contou com a colaboração de Enzo Faletto, já vinculado ao Ilpes, e, pouco depois, de Fernando Henrique Cardoso, que se integraria às atividades da Divisão.

Enzo Faletto (1935-2003), chileno de origem modesta, formou-se em história na Facultad de Filosofía y Educación da Universidad de Chile e iniciou sua aproximação com a sociologia como assistente no Instituto de Sociología, então dirigido por Eduardo Hamuy, que teve papel central na institucionalização da sociologia científica no país. Integrou a primeira turma de pós-graduação da Flacso (1958-1959), quando a instituição era dirigida por Medina Echavarría. A partir dessa experiência, Faletto passou a colaborar com o sociólogo espanhol em projetos vinculados à Cepal, entre eles o relatório *El desarrollo social de América Latina en la postguerra* (1963), que buscava aproximar a análise sociológica do campo do planejamento. Vinculado ao Ilpes desde sua criação, Faletto ocupou um lugar de destaque na Divisão Social do Ilpes, tornando-se um interlocutor próximo de Medina Echavarría e assumindo, desde muito jovem, responsabilidades em pesquisas voltadas à renovação da análise sobre desenvolvimento na América Latina (FALETTTO, 1998).

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931 em uma família de militares com forte inserção nos círculos dirigentes do país – herança que ajudou a moldar sua inclinação para posições de liderança. Formou-se em ciências sociais na FFCL/USP, onde foi aluno e colaborador próximo de Florestan Fernandes, tornando-se uma figura central na consolidação institucional da cátedra de Sociologia I. Concluiu o doutorado em 1961, com a tese que daria origem a *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), e obteve a livre-docência com o trabalho posteriormente publicado como *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964). Foi um dos articuladores do “Seminário Marx”, espaço de formação e debate que reuniu jovens intelectuais da USP, como José Arthur Giannotti, Ruy Fausto, Paul Singer e Roberto Schwarz (RODRIGUES, 2011). Entre 1962 e 1963, estagiou no Laboratoire de

Sociologie Industrielle, em Paris, sob orientação de Alain Touraine. Após o golpe de 1964, exilou-se na Argentina, onde colaborou com o sociólogo Torcuato Di Tella, e seguiu para o Chile, convidado por Medina Echavarría, que o conhecera em uma reunião da Cepal, em Montevidéu, em 1961. No Chile, atuou como diretor de pesquisas do Ilpes (1964-1967) e lecionou na Flacso e na Universidad de Chile.

Apesar da posição hierárquica superior de Medina Echavarría no Ilpes, ele, Faletto e Cardoso ocupavam posições estruturalmente semelhantes no campo intelectual latino-americano do início dos anos 1960. Todos eram sociólogos e se encontravam deslocados em relação ao núcleo duro da tradição estruturalista, no qual ainda preponderavam economistas. Ao contrário do sociólogo espanhol, já detentor de um amplo prestígio intelectual no continente, Faletto e Cardoso buscavam consolidar suas reputações no circuito transnacional de instituições de pesquisa e planejamento sediado em Santiago do Chile. O Ilpes, com sua relativa autonomia frente às injunções burocráticas e políticas do sistema ONU (FRANCO, 2015), oferecia uma brecha institucional estratégica para quem, como eles, almejava visibilidade, autoridade científica e margem de intervenção. Como sociólogos *outsiders* em um espaço dominado por economistas, mostravam-se mais abertos a apostas teóricas ousadas e menos comprometidos com a reprodução da ortodoxia estruturalista – que, outrora insurgente, já se convertera em nova *doxa* no campo do desenvolvimento na América Latina. Justamente por ainda não ocuparem posições consolidadas nas burocracias internacionais ou nos aparelhos estatais, podiam se arriscar mais: não tinham tanto a perder com a abertura de um novo flanco interpretativo. Realizaram, assim, um movimento duplamente audacioso: articularam uma leitura alternativa do subdesenvolvimento a partir de uma chave sociológica e o fizeram de dentro de uma instituição que, embora abalada, ainda conservava o prestígio simbólico da única tradição teórica latino-americana com projeção internacional no pós-guerra – um empreendimento herético no interior de outro que já dava sinais de esgotamento.

O contraste entre os economistas da Cepal e os sociólogos do Ilpes revela uma clivagem geracional e posicional no campo intelectual latino-americano. Os primeiros já haviam alcançado projeção institucional e prestígio internacional; os segundos, mais jovens (com exceção de Medina Echavarría), encontravam-se ainda em processo de afirmação. Exilados políticos (Medina Echavarría e Cardoso) ou oriundos de meios sociais modestos (Faletto), esses sociólogos buscavam alcançar reconhecimento no interior de um espaço intelectual transnacional em reconfiguração. Essa condição estrutural favorecia uma maior propensão à inovação teórica, justamente num momento em que a Cepal já não exercia o protagonismo programático de outrora. O Ilpes – menos atravessado pelas injunções burocráticas e políticas do sistema ONU – oferecia, nesse contexto, uma margem institucional mais ampla para experimentações críticas. Santiago do Chile, por sua vez, consolidava-se como um polo dinâmico de circulação de cientistas sociais em busca de novos enquadramentos para os impasses do desenvolvimentismo. Foi nesse cenário – marcado pelo desgaste da agenda estruturalista e por um vácuo de liderança na Cepal – que Medina Echavarría, Faletto e Cardoso passaram a ocupar uma posição ambivalente: suficientemente integrados para mobilizar os recursos simbólicos do legado estruturalista, mas situados numa franja do campo que lhes permitia

subvertê-lo por dentro. A abordagem sociológica do desenvolvimento ganhou força precisamente por emergir das fissuras de uma tradição já consagrada, mas em crise de direção – uma reinterpretação autorizada, porque legitimada por sua inserção institucional; e herética, porque movida por disposições intelectuais em descompasso com os quadros estabelecidos.

Ao longo do artigo, procuramos evidenciar como os diferentes ritmos e variações nacionais de institucionalização da economia e da sociologia nos países centrais da América Latina – Brasil, Argentina, México e Chile – moldaram disposições, competências e estratégias intelectuais, criando as condições de possibilidade para o deslocamento e o redimensionamento das fronteiras disciplinares no debate sobre o desenvolvimento. Esse processo ganhou fôlego em um momento de inflexão do pensamento cepalino, quando a crise do estruturalismo econômico abriu espaço para a incorporação mais sistemática das dimensões sociais e políticas no diagnóstico do subdesenvolvimento.

Foi nesse contexto que o Ilpes se consolidou como um espaço de inovação teórica e disputa simbólica, no qual sociólogos *outsiders* passaram a confrontar economistas “estabelecidos” pelo direito de reordenar os termos do debate sobre o desenvolvimento. A prosopografia comparativa dos representantes mais destacados de ambos os grupos revela um deslocamento de forças no interior das instituições transnacionais de planejamento, marcado pela ascensão de um novo tipo de agente científico: o sociólogo profissional, portador de uma linguagem própria, novas alianças institucionais e ambições teóricas universalizantes. Nesse sentido, a chamada “análise integrada do desenvolvimento” representou mais que uma virada conceitual – foi a resultante de uma transformação mais profunda no campo das ciências sociais latino-americanas.

SOBRE OS AUTORES

DARLAN PRAXEDES BARBOZA é bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e integrante do Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC/FFLCH/USP) e do grupo de pesquisa “Repensando o desenvolvimento” (LabIEB/USP).

dpraxedes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9907-4656>

LUIZ CARLOS JACKSON é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), coordenador do Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC/FFLCH/USP) e autor de *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido* (Editora UFMG, 2002).

ljackson@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-6269-6096>

FABIO SILVA DE SOUZA é bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e autor de *O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)* (Edições UERN, 2024)

fabiosilvads@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2215-0635>

REFERÊNCIAS

- ANSALDI, Waldo. *La búsqueda de América Latina: entre el ansia de encontrarla y el temor de no reconocerla*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones, *Cuadernos del Instituto de Investigaciones*, n. 1, 1991. Disponível em: <https://repositorio.sociales.uba.ar/items/show/2967>. Acesso em: mar. 2025.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp, 1995, cap. 1, p. 107-233.
- BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de las “teorías de la dependencia”. In: BEIGEL, Fernanda. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 287-326. Disponível em: <https://shorturl.at/uOoy9>. Acesso em: mar. 2025.
- BEIGEL, Fernanda. La Flacso chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 71, n. 2, 2009, p. 319-349. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Sci188-25032009000200004. Acesso em: mar. 2025.
- BEIGEL, Fernanda. A teoria da dependência em seu laboratório. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v. 4, n. 2, p. 72-89, 2014a. <https://seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/26115>. Acesso em: mar. 2025.
- BEIGEL, Fernanda. Chile: un centro periférico para la internacionalización de las ciencias sociales latinoamericanas y la construcción de un prestigio académico regional (1953-1973). *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época*, n. 1, p. 101-105, Disponível em: 2014b. <https://shorturl.at/hOK7b>. Acesso em: mar. 2025.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Márcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1607>. Acesso em: mar. 2025.
- BLANCO, Alejandro. José Medina Echavarría y el proyecto de una sociología científica. In: PEREYRA, Diego (Comp.). *El desarrollo de las ciencias sociales: tradiciones, actores e instituciones en Argentina, Chile, México y América Central*. San José de Costa Rica: Flacso, 2010, p. 17-34. Disponível em: https://www.flacso.ac.cr/images/cuadernos/ccs_153.pdf. Acesso em: mar. 2025.
- BLANCO, Alejandro. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- BLANCO, Alejandro Raúl; BARBOZA, Darlan Praxedes. Raúl Prebisch y Federico Pinedo: técnica y política en la “década infame”. *Desarrollo Económico*, v. 60, n. 232, 2021, p. 314-337. <https://ojs.ides.org.ar/index.php/desarrollo-economico/article/view/106>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. O caudilho da sociologia mexicana: Pablo González Casanova e A democracia no México. *Tempo Social*, v. 28, n. 3, 2016, p. 117-143. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.111597>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. Patrones de carrera de los sociólogos mexicanos, 1951-1970. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, v. 39, n. 115, 2021, p. 99-136. <https://doi.org/10.24201/es.2021v39n115.1971>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. O Brasil na América Latina. *Revista USP*, n. 133, 2022, p. 77-96. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.ir33p77-96>.
- BLOIS, Juan Pedro. *Medio siglo de sociología en la Argentina: ciencia, profesión y política (1957-2007)*. Buenos Aires: Eudeba, 2018.
- CÁCERES, Gonzalo. Santiago de Chile: la capital de izquierda. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Ciudades sudamericanas como arenas culturales: artes y medios, barrios de élite y villas miseria, intelectuales y urbanistas: cómo ciudad y cultura se activan mutuamente*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016, p. 233-260.
- CAMP, Roderic A. *Los intelectuales y el Estado en el México del siglo XX*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- CARAVACA, Jimena. La Argentina keynesiana: Estado, política y expertos económicos en la década de 1930. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (Org.). *Las prácticas del Estado: política, sociedad y élites estatales en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 67-91.
- CARAVACA, Jimena; ESPECHE, Ximena. América Latina como problema y como solución: Robert Triffin, Daniel Cosío Villegas, Víctor Urquidí y Raúl Prebisch antes del Manifiesto Latinoamericano (1944-1946). *Desarrollo Económico*, v. 55, n. 217, 2016, p. 211-235. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3870/387065336005>. Acesso em: mar. 2025.
- CARAVACA, Jimena; ESPECHE, Ximena. El Fondo de Cultura Económica y la búsqueda de un keynesianismo en América Latina, 1936-1947. *Prismas: Revista de Historia Intelectual*, v. 22, n. 2, 2018, p. 173-178. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3870/387059373005/html>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CASTAÑEDA, Fernando. La constitución de la sociología en México. In: PAOLI BOLIO, Francisco José (Org.). *Desarrollo y organización de las ciencias sociales en México*. Ciudad de México: UNAM, 1990, cap. 2, p. 45-76.
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina (Naciones Unidas). Secretaría de la Cepal. *El desarrollo social de América Latina en la postguerra*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1963. Disponível em: <https://shorturl.at/s9XYX>. Acesso em: mar. 2025.
- DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Historia de la casa*: Fondo de Cultura Económica, 1934-1994. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- DOSMAN, Edgar. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Tradução de Teresa Dias Carneiro e César Benjamín. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- FALETTTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Estudios Avanzados*, v. 12, n. 33, 1998, p. 109-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000300010>.
- FRANCO, Rolando. *La Flacso clásica (1957-1973): vicisitudes de las ciencias sociales latinoamericanas*. Santiago de Chile: Flacso Chile/Catalonia, 2007.
- FRANCO, Rolando. *La invención del Ilpes*. Santiago de Chile: Cepal, 2013.
- FRANCO, Rolando. El Ilpes de Prebisch. *Mundos Plurales: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 2, n. 1, 2015, p. 9-44. <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2015.1909>.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GABAY, Eliana. El “fantasma” de Prebisch: el Ilpes entre 1963 y 1969. In: PEREYRA, Diego (Comp.). *El desarrollo de las ciencias sociales: tradiciones, actores e instituciones en Argentina, Chile, México y Centroamérica*. San José: Flacso Costa Rica, 2010, p. 73-97.
- GALLARDO, Osvaldo. La institucionalización de las ciencias económicas en Chile: el caso del convenio Universidad Católica-Universidad de Chicago. *Revista de Historia de América*, n. 145, 2011, p. 77-101. <https://www.jstor.org/stable/24641973>. Acesso em: mar. 2025.
- GIOVANELLA, Lúcia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 1, p. 26-44, 1991. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1991000100004>.
- HODARA, Joseph. *Prebisch y la Cepal: sustancia, trayectoria y contexto institucional*. México, DF: El Colegio de México, 1987.
- KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. 2016. 855 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. <https://doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-06022017-113838>.
- KLÜGER, Elisa; WANDERLEY, Sérgio; BARBOSA, Alexandre de Freitas. The ECLA-BNDE Economic Development Centre and the training of a generation of development planners in Brazil. *Revista de la Cepal*, v. 2022, n. 136, 2022, p. 133-154. <https://doi.org/10.18356/16840348-2022-136-7>.
- LEMPÉRIÈRE, Annick. *Intellectuels, État et société au Mexique: les clercs de la nation (1910-1968)*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Tradução de Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- MERKEL, Ian. *Termos de troca: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*. Tradução de Anouch Kurkdjian. São Paulo: Edusp, 2023.
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. I. São Paulo: Vértice, 1989, p. 72-110.
- MORALES MARTÍN, Juan Jesús. *José Medina Echavarría: vida y sociología*. 2012. 855 f. Tesis (Doctorado en Sociología). Universidad Complutense de Madrid, 2012. <https://eprints.ucm.es/id/eprint/16362>. Acesso em: mar. 2025.
- MOYA LÓPEZ, Laura A. José Medina Echavarría y la Colección de Sociología del Fondo de Cultura Económica, 1939-1959. *Estudios Sociológicos*, v. 25, n. 75, 2007, p. 765-803. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40421108>. Acesso em: mar. 2025.
- NAKHLÉ, Gabriela. *Elites tecnocráticas en la política económica argentina, 1913-1949*. 2011. 215 f. Tesis (Maestría en Historia). Departamento de Estudios Históricos y Sociales, Universidad Torcuato Di Tella, Buenos Aires, 2011. Disponível em: https://www.utdt.edu/listado_contenidos.php?id_item_menu=25335.
- NERCESIAN, Inés. Ideas, pensamiento y política en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, entre los cincuenta y los sesenta. *Trabajo y Sociedad*, n. 19, 2012, p. 393-415. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387334691026>. Acesso em: mar. 2025.
- OLVERA SERRANO, Margarita. *Lucio Mendieta y Núñez y la institucionalización de la sociología en México, 1939-1965*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco; Miguel Ángel Porrúa, 2004.
- PEIXOTO, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. I. São Paulo: Vértice, 1989, p. 477-532.
- PLOTKIN, Mariano Ben. Notas para un análisis comparativo de la constitución del campo de los economistas en Argentina y Brasil. *Anuario IEHS*, v. 21, 2006, p. 467-494. Disponível em: <https://www.ides.org.ar/sites/default/files/attach/marianobenplotkin14.pdf>. Acesso em: mar. 2025.
- PLOTKIN, Mariano Ben; CARAVACA, Jimena. A economia entre crises: economia política e finanças na Universidade de Buenos Aires (1870-1900). *Tempo Social*, v. 21, n. 2, 2009, p. 87-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000200005>.
- POLLOCK, David H. Raúl Prebisch: the essence of leadership. In: DOSMAN, Edgar J. (Ed.). *Raúl Prebisch: power, principle, and the ethics of development*. Buenos Aires: BID-INTAL, 2006, p. 11-20.
- REYNA, José Luis. A institucionalização das ciências sociais no México. In: TRINDADE, Héglio (Org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada: 1930-2005*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 69-93.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. 2011. 565 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-05072012-164401>.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoría do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília. Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2002, p. 73-86. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4930/4289>. Acesso em: mar. 2025.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. São Paulo: Edusp, 2023.
- SORÁ, Gustavo. *Editar desde la izquierda en América Latina: la agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.
- URQUIDI, Víctor L. Jorge Ahumada (1917-1965). *El Trimestre Económico*, v. 34, n. 133(1), p. 3-10, 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20855909>. Acesso em: mar. 2025.